

PERCEPÇÃO DE RISCO E PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO: UMA ANÁLISE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UFSM

¹Silvia Amélia Mendonça Flores, ²Kelmara Mendes Vieira, ³Daniel Arruda Coronel

RESUMO: O presente estudo investigou a propensão ao endividamento e percepção de risco dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria através de uma pesquisa *survey* junto a 246 servidores. Os dados foram coletados a partir de um questionário, composto por três seções. Na primeira seção identificou-se o perfil dos respondentes, na segunda seção avaliou-se o perfil das dívidas e na última etapa utilizou-se escalas quantitativas para mensurar a propensão ao endividamento, a percepção de risco e o comportamento de risco. Foram considerados testes de diferença de mediana que confirmaram alguns dos fenômenos comportamentais já evidenciados pela literatura, como a maior percepção de risco dos casados em relação aos solteiros. Considerando a propensão ao endividamento, os servidores apresentaram um comportamento conservador, confirmado primeiramente pela escolha do trabalho, onde mais da metade dos respondentes assinalou a estabilidade. Após, demonstraram possuir dívidas, devido a facilidade de acesso ao crédito. Porém, as dívidas não estão em atraso e não ultrapassam a renda mensal. Além disso, o patrimônio está investido em imóveis e na conta corrente, ou seja, ativos de menor risco. De maneira geral, os servidores apresentaram baixos níveis de endividamento e um comportamento conservador perante o risco financeiro.

Palavras-chave: Finanças Comportamentais; Propensão ao Endividamento; Percepção de Risco.

RISK PERCEPTION AND DEBT PROPENSITY: AN ANALYSIS OF THE UFSM PUBLIC EMPLOYEES

ABSTRACT: The present study investigated the propensity to indebtedness and risk perception of employees of Universidade Federal de Santa Maria through a research survey using 246 employees. Data were collected from a questionnaire consisting of three sections. In the first section identified the profile of the respondents in the second section evaluated the profile of debt, and in the last step we used quantitative scales to measure the propensity to indebtedness, risk perception and risk behavior. We considered the median difference tests confirmed that some of the behavioral phenomena as evidenced by the literature, as a greater perception of risk by married people in relation to singles. Regarding the propensity to indebtedness, the employees showed a conservative behavior, confirmed by first choice of employment, where more than half of the respondents indicated stability. After that, they demonstrated debts due to ease of access to credit. However, the debts are not in arrears and do not exceed the monthly income. Furthermore, the equity is invested in real estate and in the current account, in other words, lower-risk assets. In general, the servers had low levels of debt and a conservative behavior before the financial risk.

Keywords: Behavioral Finance; Propensity to Indebtedness; Risk Perception.

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Professora da Universidade Federal do Pampa. Endereço: Rua General Canabarro, 1028. Rosário do Sul (RS). CEP: 97590-000. sisimflores@yahoo.com.br

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora do Programa de Pós Graduação em Administração da UFSM. Endereço: Av. Roraima nº. 1000, Prédio 74C. Santa Maria (RS). CEP: 97105-900. kelmara@terra.com.br

³ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Professor do Programa de Pós Graduação em Administração da UFSM. Av. Roraima nº. 1000, Prédio 74C. Santa Maria (RS). CEP: 97105-900. daniel.coronel@uol.com.br

1 Introdução

Os estudos tradicionais de finanças abordam as melhores alternativas de investimento, a fim de maximizar o retorno financeiro. No entanto, sabe-se que essas decisões dependem do comportamento do indivíduo, das suas preferências, do ambiente macro e micro e de diversos fatores controláveis e não controláveis. Desta forma, a partir da década de 1970 surge uma nova linha de estudos, as finanças comportamentais ou *behavioral finance*, passando a demonstrar que em algumas situações os indivíduos podem apresentar vieses e heurísticas em suas decisões.

Desde que os psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979) desenvolveram a Teoria do Prospecto (*Prospect Theory*) mostrando que o indivíduo é avesso ao risco para ganhos, mas propenso ao risco para perdas, as finanças comportamentais têm buscado em suas pesquisas, analisar a conduta do investidor em determinadas situações (como a decisão de compra), integrando conceitos e análises sobre fatores sociais, cognitivos e emocionais (BURNHAM, 2010).

Considerando que as decisões financeiras envolvem um risco mais elevado, a questão do endividamento vem se destacando na linha de finanças comportamentais. Os hábitos de consumo estão mudando e, conforme Dynan e Kohn (2007), em um mundo sem restrições de financiamento, as famílias têm liberdade em escolher o consumo desejado, com base na vida útil dos recursos, taxas de juros e nos seus gostos e necessidades pessoais. Percebe-se um aumento nas dívidas com o cartão de crédito, que segundo a pesquisa mensal da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2011), correspondem a 69,8% do total da dívida em abril de 2011. Com o crescimento de consumidores endividados no mercado, o índice de inadimplência torna-se maior. O indicador de inadimplência mensurado mensalmente pela Sociedade Brasileira de Proteção ao Crédito (2012) demonstra que o consumidor está atrasando cada vez mais suas dívidas junto às financeiras, cartão de crédito e empresas não financeiras. Em janeiro de 2012 este indicador correspondia a 194,3 sendo que em junho alcançou o patamar de 263,5.

Neste cenário, a facilidade de acesso ao crédito é um dos aspectos que diferencia o funcionário público dos trabalhadores de outras instituições. Para o funcionário público é muito mais fácil e, em vários produtos, ainda mais barato, obter crédito. Tal fenômeno ocorre principalmente pelo fato de que para as instituições ofertadoras de crédito, emprego público é sinônimo de renda garantida, implicando em menor risco.

Por outro lado, do ponto de vista do indivíduo que atua na administração pública tem-se duas questões que são discutidas. A primeira refere-se ao fato de que o servidor pode ter optado pelo emprego público por ser um indivíduo de perfil conservador. Este indivíduo, geralmente escolheu um concurso público para construir sua carreira, principalmente pelo fato de poder alcançar uma estabilidade empregatícia. Se este comportamento conservador prevalecer também em suas decisões de consumo, este grupo deve apresentar uma menor propensão ao endividamento.

A segunda refere-se à situação de sua renda. O funcionário público estável tem uma renda garantida e com baixas variações. Comparativamente à renda do indivíduo que trabalha na iniciativa privada, a renda do funcionário público é mais segura. Além disso, a renda é menos volátil, uma vez que no serviço público, praticamente não há instrumentos de remuneração variável como comissões, décimo quarto salário, remuneração por desempenho, entre outros. Assim, partindo-se do pressuposto que a propensão ao endividamento está diretamente associada à renda do indivíduo, o funcionário público poderia apresentar uma propensão ao endividamento superior. Portanto, têm-se duas hipóteses alternativas. Na primeira, o funcionário público apresentaria baixa propensão ao endividamento por ser um indivíduo mais conservador. Na segunda, graças à segurança de sua renda ele poderia ser propenso ao endividamento.

Algumas evidências sobre o comportamento financeiro dos funcionários públicos brasileiros já podem ser encontradas na literatura. Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) realizaram um estudo sobre o planejamento financeiro e a qualidade de vida dos servidores de Ponta Grossa. Os resultados demonstraram que os servidores possuem dificuldades em formar reservas (poupança), principalmente para questões não controláveis, como aspectos de saúde. Também possuem dificuldade no planejamento de suas finanças pessoais, utilizando altos índices de empréstimo bancário. Furlan (2009) investigou a evolução do crédito consignado na administração pública do Estado de Roraima e constatou que, a partir de 2003, grande número de servidores públicos aderiu ao empréstimo consignado, após vigorar a Lei n. 10.820 que autorizou a consignação em folha para trabalhadores, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Levando em consideração as possíveis dificuldades financeiras dos servidores e a importância do endividamento para a economia, o presente estudo buscou investigar a propensão ao endividamento, a percepção e o comportamento de risco dos servidores públicos da Universidade Federal de Santa Maria, a fim de conhecer o perfil de seus gastos e o seu comportamento frente às dívidas.

Seguindo esta temática o trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção dois, apresenta-se a revisão de literatura, com os conceitos de endividamento, sobre-

endividamento e risco, na seção seguinte aborda-se o método de estudo e na seção quatro os resultados são analisados e discutidos e por fim são apresentadas as conclusões do trabalho.

2 Revisão de Literatura

Conforme os estudos de Slomp (2008), o aumento do crédito e incentivo à compra tem resultado em alto nível de endividamento, gerando um problema de ordem social, da chamada “sociedade do consumo”. Ferreira (2006) diz que o endividamento compreende assumir ou contrair dívidas, derivando do verbo endividar-se. Outro termo relevante é o sobre-endividamento ou superendividamento. O sobre-endividamento pode acontecer de forma ativa, quando o indivíduo contribui para a dívida, e de forma passiva, quando não contribui, como, por exemplo, em casos de doença e desemprego (BRUSKY; MAGALHÃES, 2006; KEESE, 2010). Reifner *et al.* (2010) defendem que os consumidores sobre-endividados devem ser “reciclados” pelo sistema financeiro, permitindo que participem mais uma vez do mercado e da sociedade. Para os autores é uma ação importante para o consumidor e para a sociedade como um todo, pois a exclusão financeira pode levar a exclusão social. Sendo assim, Anderloni e Vandone (2010) dizem que os países desenvolvidos estão interessados em compreender o fenômeno do superendividamento, avaliando a sua extensão, natureza e influência no bem estar da sociedade.

Estudos foram desenvolvidos neste sentido, buscando mensurar os fatores que influenciam o endividamento, destacando-se os de Katona (1975), que apresentou o desejo de gastar; Livingstone e Lunt (1992), que abordaram a influência da renda, classe social e outros aspectos sociodemográficos como influenciadores do endividamento.

Entre aspectos demográficos e endividamento, destaca-se o estudo de Ponchio (2006) que identificou a relação entre gênero, idade e escolaridade. O estudo apresentou que as mulheres são mais favoráveis a atitude de endividamento do que homens. Analisando a idade, as pessoas mais velhas apresentam menor probabilidade de assumir dívidas e quanto menor o grau de escolaridade do indivíduo maior é sua tendência a endividar-se.

O risco também é um fator relacionado ao endividamento e tendo em vista os objetivos da pesquisa, é importante avaliar as atitudes perante o risco, a fim de identificar se os indivíduos são mais tendentes, avessos ou indiferentes ao risco quando estão diante de decisões de compra, que podem gerar futuramente, um quadro de endividamento. Finucane *et al.* (2000) apontam que tradicionalmente, para explicar as diferenças de percepção de risco, considera-se a racionalidade e educação do indivíduo, aspectos que devem ser investigados pelas pesquisas nessa área.

Neste entendimento, Reifner *et al.* (2007) destacam que os trabalhadores autônomos estão mais expostos aos riscos econômicos do que os trabalhadores assalariados. Na maioria dos países da Europa, os pequenos empresários normalmente são responsáveis pelas dívidas de seus negócios. Com isso percebe-se um nível maior de risco de endividamento, pois além das dívidas pessoais, precisam controlar as dívidas da empresa.

Em um estudo na Alemanha, Keese (2010) avaliou a percepção do risco, verificando os traços de personalidade dos respondentes. Realizou uma pesquisa *survey* com as famílias, medindo o risco através de uma escala de 11 pontos (onde zero corresponde a aversão ao risco e dez a tolerância ao risco). O risco mostrou-se representativo nos testes de covariância, mas não influenciou significativamente as questões subjetivas de endividamento. No entanto, merece mais investigações, pois autores defendem a sua relação com a tomada de decisão financeira, como é o caso de Garling *et al.* (2009). No Brasil, Nogueira (2009) desenvolveu um estudo para avaliar as diferenças de tolerância ao risco em casais, utilizando uma escala de quatro pontos, criada por Gilliam, Goetz e Hampton (2008) apud Nogueira (2009). Os resultados encontrados apresentam os maridos com um nível maior de tolerância ao risco do que as esposas. Além disso, o estudo constatou que quanto maior o nível educacional, maior a tolerância ao risco.

3 Método

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, quantitativa e descritiva. Realizou-se um corte transversal, com uma estratégia de levantamento de dados: o *survey*. Como instrumento de coleta de dados adotou-se o questionário. A população do estudo compreendeu os servidores públicos da Universidade Federal de Santa Maria. A universidade possui 1.698 docentes e 2.685 técnicos administrativos, totalizando 4.383 servidores. A coleta de dados estendeu-se de novembro a dezembro de 2011, sendo que ao final foram obtidos 246 instrumentos válidos, totalizando um erro amostral de 6,1%.

O questionário está estruturado em três partes. A parte inicial contém onze questões que buscam identificar o perfil dos respondentes, através de aspectos como idade, gênero, estado civil, renda, escolaridade, tempo de serviço público, entre outros. A segunda parte buscou identificar o perfil da dívida considerando seis questões sobre os tipos de dívidas, as razões para a dívida, os gastos, entre outros. Na seção seguinte foram consideradas as questões de endividamento, a partir de uma escala quantitativa de atitude ao endividamento desenvolvida por Denegri *et al.* (1999) apud

Nicacio Silva (2008). A escala foi validada originalmente através de uma pesquisa com 1.174 adultos da cidade multifinanceira de Temuco, no Chile e no Brasil por Nicacio Silva (2008). A última etapa teve como foco a análise do risco que os indivíduos estão dispostos a assumir. São consideradas duas escalas: percepção e comportamento de risco, criadas por Weber *et al.* (2002) apud Paulino (2009). Para fins deste estudo, foram selecionadas as questões que abrangem o risco financeiro.

Para a análise dos dados, utilizou-se o software: SPSS 17.0®. Na confiabilidade das escalas, adotou-se o *Alfa de Cronbach*. Esta medida é utilizada para verificar a consistência interna, sendo recomendado valores superiores a 0,6 (HAIR *ET AL.*, 2007).

Após, foram realizados os testes não paramétricos de Mann Whitney para até dois grupos e o teste de Kruskal Wallis para mais de dois grupos. Ambos os testes possuem como hipótese nula: “não existem diferenças significativas entre os grupos” (BISQUERRA; SARRIERA; MARTINEZ, 2004).

4 Análise e discussão dos resultados

O perfil dos 246 respondentes pode ser caracterizado como servidores com uma idade média de 44 anos, maioria do sexo feminino (51,6%), casados (61% do total) e 39,5% não possuem nenhum dependente. Sobre a moradia, 64,6% afirmam possuir casa própria. Quanto à escolaridade nota-se que 83,3% possuem ensino superior completo.

Em um segundo momento, os servidores foram questionados quanto aos aspectos de seu ambiente profissional. Considerando o tempo em que são servidores da instituição, nota-se que em média, o mesmo é de 15 anos, com um desvio padrão de 11,6. Buscou-se ainda, compreender o motivo da escolha do trabalho, o cargo e o regime de trabalho, pois são questões que podem influenciar no nível de endividamento e percepção de risco. Em suma, os indivíduos que preferem uma situação de estabilidade podem investir sua renda em opções mais seguras, pois *a priori* já apresentam um comportamento mais conservador em relação ao risco. No motivo de escolha do trabalho, o aspecto mais destacado é a estabilidade (51,1% do total). Sobre o cargo que os servidores exercem na universidade, mais da metade (70,1%) são técnicos administrativos. Para finalizar a seção sobre os aspectos de trabalho, questionou-se o regime de trabalho, observando-se que 75,2% possuem um regime de 40 horas.

Na segunda seção do questionário buscou-se analisar o perfil dos gastos, através de variáveis como a renda familiar, a posse de dívidas, o atraso das mesmas, o motivo que levou os servidores a contrair dívidas, etc. Os resultados encontrados nesta seção são demonstrados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Caracterização dos gastos segundo as variáveis: renda líquida familiar, posse de dívidas, atraso das dívidas e gastos

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Renda Líquida Familiar	De R\$ 1.030,00 a R\$ 2.665,00	25	10,2
	De R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00	63	25,8
	De R\$ 4.300,01 a R\$ 5.935,00	43	17,6
	De R\$ 5.935,01 a R\$ 7.570,00	40	16,4
	De R\$ 7.570,01 a R\$ 9.205,00	27	11,1
	De R\$ 9.205,01 a R\$ 10.840,00	18	7,4
	De R\$ 10.840,01 a R\$ 12.475,00	12	4,9
Você possui dívidas?	Acima de R\$ 12.475,01	16	6,6
	Não	79	33,5
Essas dívidas estão em atraso?	Sim	157	66,5
	Não	169	92,9
Com relação aos seus gastos	Sim	13	7,1
	Gasto mais do que ganho	21	8,8
	Gasto igual ao que ganho	77	32,4
	Gasto menos do que ganho	140	58,8

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a renda líquida familiar dos respondentes, 25,8% encontram-se na faixa de renda de R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00. Observa-se que esta faixa de renda é razoável, considerando que 39% dos respondentes não possuem dependentes e 32% não possuem filhos. Portanto, em grande parte, a renda seria dividida entre duas pessoas, o servidor e seu cônjuge, pois 61% são casados.

Com relação aos gastos 66,5% admitiram possuir algum tipo de dívida. No entanto, 92,9% dos respondentes apontam que essas dívidas não estão em atraso. Analisando os gastos, os respondentes mostram que gastam menos do que ganham, com um percentual de 58,8%. Pode-se verificar que apesar de possuírem dívidas, as mesmas não estão em atraso e não ultrapassam a renda que recebem.

Tabela 2 – Caracterização dos gastos segundo as variáveis: tipo de dívidas e principal razão

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Quais os tipos?	Cheque especial	28	15,0
	Financiamento de bem móvel	60	24,4
	Cartão de crédito	67	27,2
	Financiamento de bem imóvel	51	20,7
	Empréstimo rural	03	1,2
	Crediário	55	22,4
	Empréstimo pessoal	51	20,7
	Outro	07	2,8
Principal Razão	Falta de planejamento	08	6,1
	Desemprego ou queda na renda	03	2,3

Alta propensão ao consumo	04	3,0
Alta taxa de juros	01	0,8
Empréstimo do nome	01	0,8
Problemas de saúde	01	0,8
Má gestão orçamentária	07	5,3
Facilidade de acesso ao crédito	39	29,5
Baixa taxa de juros	14	10,6
Ausência de desconto à vista	18	13,6
Outro	36	27,3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que os principais tipos de dívidas assumidas correspondem respectivamente: cartão de crédito (27,2%), financiamento de bem móvel (24,4%) e crediário (22,4%). Este resultado corrobora com os resultados da pesquisa de endividamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de abril 2011, ou seja, que mais da metade dos entrevistados está endividado devido ao uso de cartão de crédito. Já, a principal razão para as dívidas foi a facilidade de acesso ao crédito, com um percentual de 29,5. A opção outros foi a segunda mais assinalada (27,3%), sendo que se destacou principalmente os investimentos, como a aquisição da casa própria e o investimento no ensino superior.

Prosseguindo, os respondentes foram indagados a respeito da alocação de seu patrimônio. Nesta questão, os mesmos deveriam apontar o percentual de seu patrimônio investido em ações, renda fixa, imóveis, conta corrente, poupança e compra de moeda estrangeira. Considerando os resultados, percebeu-se que em média, a maior parte do patrimônio está investida em imóveis, equivalendo a 69%. Este resultado mostra um perfil mais conservador perante o risco, pois as alternativas mais arriscadas (ações e compra de moeda estrangeira) atingiram os menores percentuais. A conta corrente foi a segunda alternativa a obter maior percentual, correspondendo a 42,89% do patrimônio dos respondentes. A alternativa que destacava outros investimentos totalizou uma média de 27,09, apontando principalmente os automóveis.

Após conhecer o perfil da amostra de servidores, o presente estudo investigou as escalas quantitativas. Primeiramente verificou-se a confiabilidade dessas escalas, através da coerência interna (*Alfa de Cronbach*). O valor do alfa varia de 0 a 1, sendo que o valor mínimo para garantir confiabilidade é de 0,6, principalmente em estudos exploratórios (HAIR *ET AL.*, 2007). Todas as escalas apresentaram um coeficiente adequado. Com base nas confiabilidades encontradas, as variáveis das escalas foram transformadas em fatores. Calculou-se a média dos resultados das variáveis pertencentes a cada fator para cada respondente. A Tabela 3 ilustra as análises em cada um dos fatores criados.

Tabela 3 - Estatística descritiva dos fatores construídos: endividamento, percepção de risco financeiro e comportamento frente ao risco financeiro.

Fator	Alpha de Cronbach	Média	Mediana	Desvio Padrão
Endividamento	0,745	1,62	1,57	0,391
Percepção de Risco Financeiro	0,823	4,16	4,20	0,719
Comportamento frente ao Risco Financeiro	0,749	1,73	1,60	0,598

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando que a escala variava de um (1) a cinco (5) observa-se que em média os servidores apresentaram baixa propensão ao endividamento, ou seja, suas dívidas não estão superando a sua renda, fato que pode ser ocasionado pelo comportamento frente ao risco. Além disso, a percepção de risco foi elevada, corroborando ao comportamento de risco conservador.

Tendo em vista as possíveis relações existentes entre a propensão ao endividamento e as variáveis utilizadas no estudo, foram realizados testes não paramétricos para identificar as diferenças existentes entre os grupos. Para dois grupos foi aplicado o teste de Mann Whitney (1) e para mais de dois grupos o teste de Kruskal Wallis (2).

Tabela 4 – Valor e Significância dos Testes de Mann Whitney (1) e Kruskal Wallis (2) para a percepção de risco e comportamento de risco, segundo as variáveis: gênero, estado civil, escolaridade, moradia, cargo, renda líquida familiar e dívidas.

Percepção de Risco Financeiro			Comportamento Frente ao Risco		
Grupos	Valor	Sig.	Grupos	Valor	Sig.
Gênero (1)	6801,0	0,29	Gênero (1)	6588,5	0,25
Estado Civil (2)	8,0	0,04	Estado Civil (2)	1,4	0,69
Escolaridade (2)	3,9	0,41	Escolaridade (2)	7,0	0,07
Moradia (2)	9,4	0,02	Moradia (2)	5,1	0,16
Cargo (2)	2,5	0,86	Cargo (2)	3,3	0,76
Renda Líquida (2)	13,8	0,05	Renda Líquida (2)	9,0	0,24
Dívidas (1)	5721,0	0,55	Dívidas (1)	5001,0	0,06

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na percepção de risco financeiro, verificou-se que existe diferença conforme o estado civil, a moradia e a renda líquida familiar. Quanto ao estado civil, o grupo de servidores separados e o grupo de servidores casados apresentam os mesmos resultados, que correspondem aos maiores (mediana de 4,40). Os servidores solteiros tem a menor mediana, de 4,20. A literatura apresenta que o estado civil é uma das questões mais relacionadas com o risco financeiro. No entanto, não existe um consenso em qual a sua real influência nas decisões financeiras que envolvem risco. Uma corrente aponta que os indivíduos solteiros são mais tendentes ao risco, por não ter estabelecido ainda um compromisso, como família, filhos, etc. Por outro lado, alguns apontam que os casados seriam mais propensos ao risco, pois teriam maior capacidade de absorver resultados negativos (NOGUEIRA, 2009). Na variável moradia os servidores que possuem casa própria obtiveram maior percepção de risco. Houve também diferença de percepção de risco nos níveis de renda líquida

familiar, sendo que a faixa de R\$ 10.840,01 a R\$ 12.475,00 obteve a maior mediana (4,40). Sjöberg (2000) verificou que a renda influencia a percepção de risco, explicando cerca de 8% deste aspecto.

Ao analisar o comportamento de risco, nenhum dos grupos apresentou diferença. Constatou-se que ao perceber o nível de risco os servidores têm opções distintas, enquanto que ao realizar uma decisão mais prática, ou seja, assumir riscos apresentam comportamentos semelhantes.

Tabela 4 – Valor e Significância dos Testes de Mann Whitney (1) e Kruskal Wallis (2) para o endividamento, segundo as variáveis: gênero, estado civil, escolaridade, moradia, cargo, renda líquida familiar e dívidas.

Endividamento		
Grupos	Valor	Sig.
Gênero (1)	6624,0	0,395
Estado Civil (2)	5,0	0,165
Escolaridade (2)	3,6	0,300
Moradia (2)	5,3	0,149
Cargo (2)	5,1	0,529
Renda Líquida (2)	13,7	0,057
Dívidas (1)	4029,5	0,000

Fonte: Elaborado pelos autores

Na propensão ao endividamento, os grupos formados pelas rendas dos servidores e por aqueles que possuem ou não dívidas foram os únicos a apresentar diferenças. A faixa de renda de R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00 apresentou a maior mediana (1,71) e a faixa de maior valor salarial (acima de R\$ 12.475,01) a menor mediana, ou seja, 1,35. Este resultado demonstrou que os indivíduos com rendas menores tendem a endividar-se mais, devido às restrições orçamentárias. No estudo de Allwood *et al.* (2010) os autores constataram que famílias de baixa renda tinham risco superior de sobreendividamento do que as demais.

Quanto ao grupo formado pelas dívidas, os resultados mostram que aqueles que possuem dívidas tem um maior nível de endividamento, pois obtiveram a maior mediana (1,71) em relação àqueles que não possuem dívidas, corroborando com a teoria.

5 Conclusões

O presente estudo teve como objetivo investigar a propensão ao endividamento e a percepção de risco do servidor público da UFSM. Foram considerados dois aspectos: no primeiro, o funcionário público apresentaria baixa propensão ao endividamento por ser um indivíduo mais conservador. No segundo aspecto, graças à segurança de sua renda ele poderia ser propenso ao endividamento, apresentando maiores níveis de investimento e um comportamento mais tendente ao risco. Utilizou-se um questionário estruturado, observando-se uma amostra de 246 servidores, com uma confiabilidade de 94%. Quanto ao perfil, notou-se que a maioria pertence ao gênero feminino,

é casada, possui moradia própria e não possui nenhum dependente e nenhum filho. Quanto ao trabalho, a maioria dos respondentes ocupa o cargo de técnico administrativo e escolheram a profissão devido a estabilidade. Já se percebe um perfil menos tendente ao risco, voltado para a estabilidade empregatícia, que pressupõe uma renda fixa, capaz de garantir o investimento em bens de maior valor, como é o caso da residência própria, apontada como principal tipo de moradia dos servidores. Analisando o nível de escolaridade, constatou-se que mais da metade possuem ensino superior completo (83,3%), o que representa um nível de escolaridade satisfatório.

Em relação aos gastos pessoais, a maioria dos servidores possui dívidas e tem uma renda líquida mensal familiar que varia de R\$ 2.665,01 a R\$ 4.300,00. No entanto, as dívidas não estão em atraso e não superam a renda mensal. O principal tipo de dívida foi o cartão de crédito e a principal razão para assumir dívidas, a facilidade de acesso ao crédito. Sobre a alocação de seu patrimônio, aplicam em imóveis ou mantem seus rendimentos na conta corrente, representando um perfil de investimento conservador. Os ativos com maior nível de risco (ações e compra de moeda estrangeira) têm os menores percentuais.

Para as escalas testou-se o *Alfa de Cronbach*, que foi satisfatório, permitindo a criação dos fatores, através da média das respostas. Na análise dos mesmos, notou-se que em relação ao endividamento, os servidores apresentaram uma média baixa, de 1,62. Este resultado confirma o que foi encontrado no perfil das dívidas, onde a maioria dos servidores mostrou possuir dívidas, mas ressaltando que as mesmas não estão em atraso e não ultrapassam a renda, gerando uma baixa propensão ao endividamento. No que tange o risco, verificou-se que a percepção de risco dos servidores é alta, enquanto que seu comportamento frente ao risco financeiro é conservador, sendo improváveis as decisões de alto risco financeiro.

As comparações entre os grupos mostraram haver diferença na percepção de risco conforme o estado civil, a moradia e a renda líquida familiar. O grupo de servidores separados e o grupo de servidores casados apresentam os mesmos resultados (maiores). Os servidores solteiros tem a menor mediana. A teoria apresenta um impasse, onde de um lado os indivíduos solteiros teriam uma percepção de risco mais tendente, pois não assumiram um compromisso familiar. Por outro lado, tem-se que os indivíduos casados podem ser mais tendentes ao risco, devido a segurança que a família proporciona. No caso do estudo, seria confirmada a primeira hipótese, pois os indivíduos casados apresentaram uma maior mediana que os solteiros, percebendo um risco extremo na maioria das alternativas apresentadas. Para o fator comportamento frente ao risco financeiro não foram encontradas diferenças entre os grupos.

Em relação ao endividamento, tema central do estudo, percebe-se diferença significativa no nível de renda e dívidas. Os indivíduos com menores níveis de renda tendem a maior propensão ao

endividamento. Este resultado vai ao encontro do que diz a teoria, que pessoas com menores rendas precisam arriscar mais e conseqüentemente gastam mais para satisfazer suas necessidades, devido as restrições de orçamento. Um dos primeiros autores a estudar o efeito da renda no endividamento foi Katona (1975), revelando que existem três motivos principais para o endividamento, sendo dois deles: baixa renda e alta renda. No caso do presente estudo, confirmou-se o efeito da baixa renda na propensão ao endividamento.

De maneira geral, este trabalho mostrou que os servidores da UFSM, podem ser caracterizados a partir de um comportamento mais conservador, corroborando a primeira hipótese do trabalho, onde o funcionário público apresentaria baixa propensão ao endividamento. Este comportamento foi confirmado, primeiramente, pela escolha do trabalho, onde mais da metade dos respondentes assinalou a estabilidade. Após, demonstraram possuir dívidas, devido a facilidade de acesso ao crédito. Porém, as dívidas assumidas não estão em atraso e não ultrapassam a renda mensal sendo baixo o nível de endividamento. Além disso, o patrimônio está investido em imóveis e na conta corrente, ativos de menor risco.

Em pesquisas futuras, para uma melhor análise da influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento, sugere-se a investigação de mais fatores, além da realização de outros testes e métodos, como correlação e modelagem de equações estruturais. Além disso, sugere-se a ampliação da amostra, a fim de considerar outros grupos.

Referências

- ALLWOOD, Z.; BALCHIN, R.; BURGESS, A.; GLUCKMAN, C.; MURRAY, E.; NANCARROW, C.; SHAKOS, L. Business, innovation and skills: helping over-indebted consumers, **U.K. National AuditOffice**, 2010.
- ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of Overindebtedness and Behavioural Factors. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 27 abr. 2011.
- BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. **Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.
- BURNHAM, T. **A emoção é inimiga do dinheiro: invista com racionalidade e obtenha lucros excepcionais**. São Paulo: Editora Gente/Editora Senac, 2010.
- BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in Sao Paulo. In: **International Labour Office**, 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência**, 2011. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2011.
- DYNAN, K. E.; KOHN, D.L. The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences. In: **Social Science Research Network**, 2007. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

- FERREIRA, R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.
- FINUCANE, M.L.; SLOVIC, P.; MERTZ, C.K.; FLYNN, J.; SATTERFIELD, T.A. Gender, race, and perceived risk: the “white male” effect. **Healthy Risk & Society**, v. 2, n.2, 2000.
- FURLAN, R. C. **A evolução do crédito consignado no Estado de Roraima: aspectos econômicos e jurídicos**. 2009. 172 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Economia – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2009.
- GARLING, T. et al. Psychology, Financial Decision Making, and Financial Crises. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 10 (1) 1–47, 2009.
- HAIR, J. F. J. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Bookman, 2007.
- HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R. HILGEMBERG, E. M. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. In: I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais. Curitiba: 2008. Disponível em: <www.escoladegoverno.pr.gov.br/...financeira.../o_planejamento.pdf> Acesso em: 17 de dez. 2011.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-292, mar. 1979.
- KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 1975.
- KEESE, M. Who Feels Constrained by High Debt Burdens? – Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 08 mai. 2011.
- LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. Predicting personal debt and debt repayment: psychological, social and economic determinants. **Journal of Economic Psychology**, v. 13, 1992, p. 111-134.
- NICACIO SILVA, S. B. C. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção do endividamento de estudantes de pedagogia**. Tese de Doutorado. 332 f. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008.
- NOGUEIRA, R. C. G. **Finanças comportamentais: diferenças na tolerância de risco entre cônjuges – replicando uma pesquisa e propondo alternativas complementares**. 2009. 80 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.
- PAULINO, J. A. **Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2009. 151 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- PONCHIO, M. C. The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo. **Tese de doutorado**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2006.
- REIFNER, U.; NIEMI-KIESILÄINEN, J.; HULS, N.; SPRINGENEER, H. **Overindebtedness in European Consumer Law**. Books on Demand GmbH, Norderstedt, 2010.
- SJÖBERG, L. Factors in risk perception. **Risk Analysis**, n. 20, p. 1-11, 2000.
- SLOMP, J.Z.F. Endividamento e Consumo. **Revista Relações de Consumo**, 2008. Disponível em: <http://procon.caxias.rs.gov.br/site/_uploads/publicacoes/publicacao_4.pdf> Acesso em: 13 out. 2011.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC) E INSTITUTO DE ECONOMIA GASTÃO VIDIGAL. **Pesquisa de Inadimplência**. Disponível em: <<http://www.acsp.com.br/indicadores/indicadores.html>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

